



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09311/09

Administração Direta Municipal. Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. Atos de Pessoal. Aposentadoria com proventos integrais. Retificação dos cálculos dos proventos. Assinação de prazo a autoridade competente para o restabelecimento da legalidade.

RESOLUÇÃO RC2 TC 137/2010

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Aposentadoria com proventos integrais concedida à servidora municipal Maria José da Silva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 04.112-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, baixada por ato do Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa.

O órgão de instrução examinando preliminarmente o supracitado processo sugeriu notificação à autoridade competente para providências cabíveis no tocante à retificação dos cálculos dos proventos, a fim de que seja excluído dos proventos o abono de permanência por força do art. 56 da Lei Municipal nº 3.528/81.

Foi dado conhecimento do relatório da auditoria ao Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, não tendo este, contudo, instruído os autos com os documentos ausentes.

É o relatório, informando que os autos supracitados não foram encaminhados ao Órgão Ministerial e foram expedidas as intimações de praxe.

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

O relator vota no sentido de que esta Câmara, com fulcro no art. 71, III da Constituição Estadual assine o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente resolução, a fim de que o Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, adote providências no sentido de retificar os cálculos proventuais, nos moldes propostos pela Auditoria, sob pena de aplicação de multa, tal como previsto no art. 56, inciso IV, da Lei Complementar nº 18/93 (LOTCE/PB).

DECISÃO DA 2ª CÂMARA

A 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta dos autos do processo supra



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09311/09

relatado que trata de Aposentadoria concedida à servidora supracitada, cujo ato foi baixado pelo Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, e

CONSIDERANDO que a unidade técnica desta Corte, emitiu relatório através do qual conclui pela necessidade de instrução dos autos;

CONSIDERANDO que na forma do art. 71, VIII da Constituição do Estado, cabe ao Tribunal assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

CONSIDERANDO ainda, o que dispõe o art. 2º da Resolução Normativa RN TC 15/2001, o voto do Relator e o mais que dos autos consta,

RESOLVE:

Art. 1º - Assinar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Resolução, a fim de que o Instituto de Previdência do Município de João Pessoa adote providências no sentido de retificar os cálculos proventuais, nos moldes propostos pela Auditoria, sob pena de aplicação de multa, tal como previsto no art. 56, inciso IV, da Lei Complementar nº 18/93 (LOTCE/PB).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara – Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 19 de outubro de 2010.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente

Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público Especial